

23/1/99 Pg. A5

# Ministro reforça secretaria da Amazônia

O ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, disse que vai buscar a integração com outros ministérios e pede a colaboração da sociedade civil

Fotos: Ronaldo Assis - 16/set/96

Roseli Garcia  
Bureau de Brasília

Determinado a reduzir o preconceito entre empresários - especialmente da Amazônia - e ambientalistas, o novo ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, está criando quatro secretarias, dentre elas a da produção e desenvolvimento sustentável e da Amazônia, biodiversidade e floresta. Ele conta com um trunfo importante: os ambientalistas e os políticos aprovaram a troca de Gustavo Krause por Sarney Filho, feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Os ambientalistas acreditam que o novo ministro tem força para inserir a questão ambiental no programa do governo federal. Sarney Filho disse, em entrevista ao jornal A CRÍTICA, que pretende desenvolver um sistema de integração com os outros ministérios. Até sugeriu a colaboração de leitores e ONGs sobre o assunto. Mas o ministro terá que ter muito jogo de cintura para driblar a eterna falta de recursos destinada à área. Por enquanto, ele sai pela tangente quando a questão se trata de dinheiro: "Vamos ter uma imensidão de recursos de boa vontade", se esquivou, em relação ao volume de dinheiro do ministério para projetos de exploração de madeira na Amazônia, em 1999.

A CRÍTICA - Os ambientalistas aprovaram a indicação do senhor para o ministério. Como o senhor vai viabilizar uma política de meio ambiente que agrade tanto aos ambientalistas quanto aos exploradores da terra? Sarney Filho - A questão da defesa do meio ambiente é complexa. Em determinado momento, os ambientalistas foram postos em contraponto ao progresso. Acho que estamos evoluindo. Tanto que estamos propondo a criação de uma secretaria de produção e desenvolvimento sustentável, que vai ter justamente a missão de compatibilizar a defesa do meio ambiente com o lucro. Ou seja, foi-se o tempo em que o meio ambiente era encarado apenas como uma coisa repressiva, através de multas, penalidades. Hoje a defesa do meio ambiente tem que marchar em conjunto com o desenvolvimento sustentável. Acredito que com essa secretaria e com um diálogo aberto e franco entre todos os setores não vamos conseguir evidentemente acabar com todos os preconceitos que são históricos, mas vamos conseguir avançar muito nesse sentido.

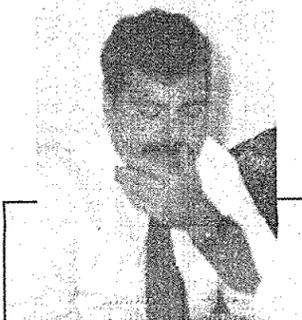
manutenção do equilíbrio ecológico. Com incentivo, com a presença firme e marcante do governo nas suas diversas instâncias, municipal, estadual e federal, a gente pode reverter esse quadro.

AC - Como transformar o Brasil num grande produtor de madeira, especialmente para o mercado externo, com uma exploração sustentável?

SF - Existem projetos a esse respeito. Não vejo dificuldade se a gente cumprir os planos de manejo, a coleta seletiva. Tudo isso vai ao encontro do desenvolvimento sustentável com a preservação das nossas matas e da nossa biodiversidade.

AC - É possível convencer os empresários da Amazônia sobre a necessidade de projetos com desenvolvimento sustentável?

SF - Acho que sim. Converso com pessoas que antigamente eram radicalmente contra a questão ambiental e que hoje pretendem desenvolver projetos de ecoturismo. Então é evidente que temos que ter a noção que o nosso desenvolvimento não precisa seguir as mesmas linhas de outros países mais desenvolvidos. Somos uma civilização tropical. Temos que encontrar meios, caminhos, lançar as bases para um desenvolvimento sustentável diferente, que seja nosso. Para isso, não podemos esquecer que somos um País pobre, com diferenças sociais e regionais imensas e que aquilo que estamos tentando preservar, no que diz respeito à mata ao verde, é um patrimônio não só do Brasil, mas da humanidade e assim precisa ser tratado. Precisamos também da ajuda externa, sem preconceitos.



“Hoje a defesa do meio ambiente tem que marchar em conjunto com o desenvolvimento sustentável”

AC - O deputado Artur Neto teve uma audiência com o senhor para pedir a flexibilização das regras para exploração de madeira. Os madeireiros reclamam que as regras impostas pelo ministério são muito rígidas, o que acaba prejudicando a atividade na Amazônia. Qual a sua posição sobre o assunto?

SF - Tenho que ter cautela nas minhas declarações como ministro, porque faço parte de um governo que tem ingerência sobre todos os aspectos da economia. Mas entendo que a nossa legislação é muito boa, avançada e pertinente. Acho até que ela poderia ser cumprida com maior rigor. Concordo que é muito difícil para os políticos locais, que sofrem uma pressão maior. É difícil para um político ver a pobreza convivendo ao lado com alternativas de melhoria de condições de vida. No entanto, eu imagino e tenho certeza que a gente pode buscar o consenso. Pra isso, já existem muitos projetos no que diz respeito à Amazônia Legal e vamos tocar esses projetos. Como Artur Virgílio também acredito que é muito difícil você manter a preservação ambiental nas áreas de floresta convivendo com miséria e com fome.

AC - Qual a solução?

SF - Temos que fazer programas específicos, que já estão elaborados. O PPG-7 (Programa para Proteção das Florestas Tropicais) é um programa dessa natureza, que envolve as comunidades ligadas à problemática. Podemos buscar alternativas que compatibilizem o desenvolvimento social, a melhoria das condições de vida das pessoas, com a

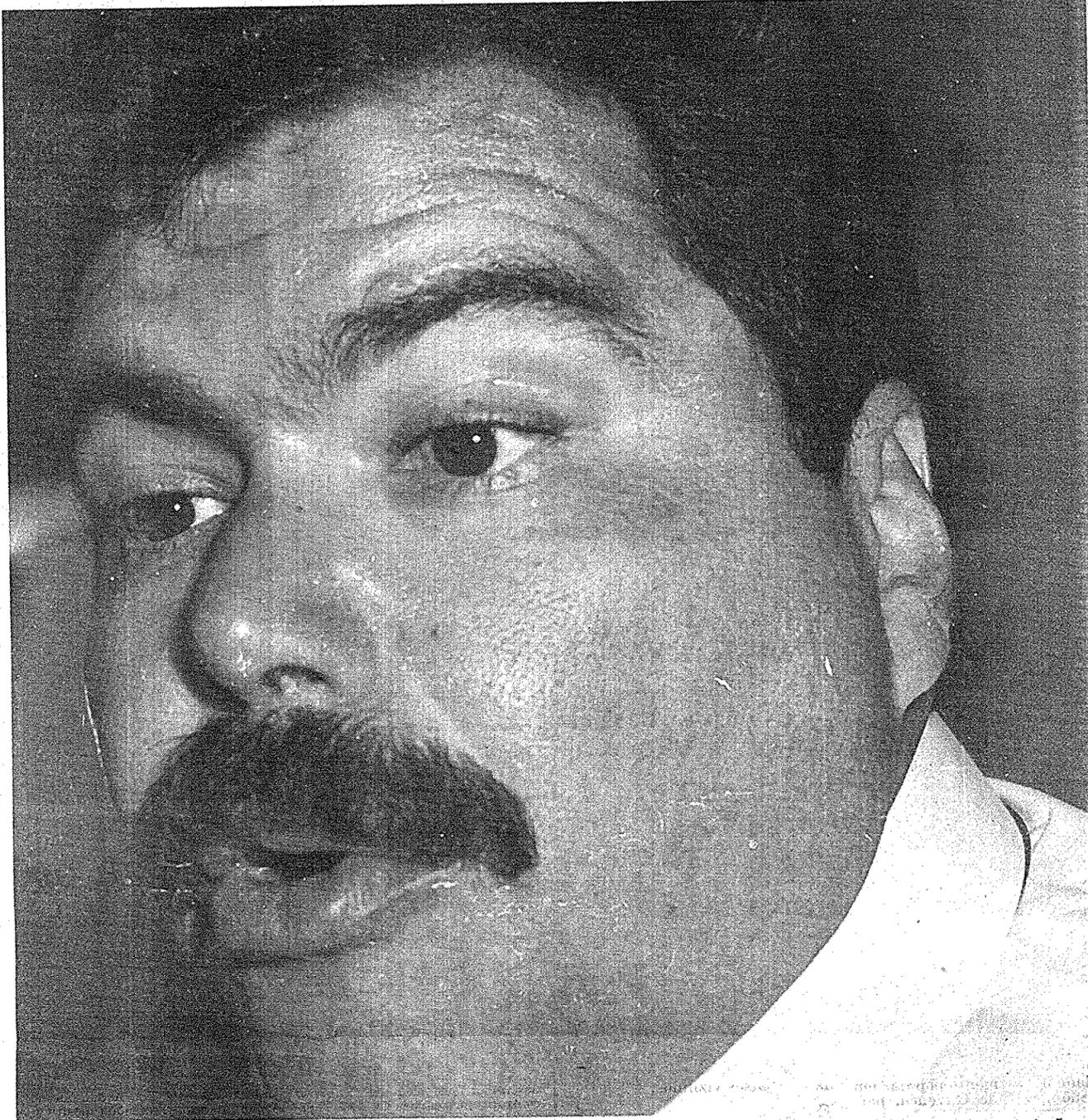
tos, sem barreiras, porque a questão da soberania hoje não se dá meramente na questão geográfica, mas do bem-estar das pessoas que vivem na região amazônica. Temos condições de encontrar um bom caminho.

AC - Os madeireiros reclamam que os custos dos programas sustentáveis são altos. Eles têm dificuldade para viabilizar a atividade com esses custos?

SF - Isso é uma questão que o ministério tem que entrar, não há dúvida. A gente pode viabilizar recursos para financiamentos, não só na área de madeira. Em encontro com o presidente Fernando Henrique, tratei da questão ambiental, que é uma sinalização das mais importantes. Ele se pôs à inteira disposição. Falamos a respeito desses projetos de madeira, na área urbana, como usina de reciclagem de lixo. Evidentemente, o ministério pode cobrar com ênfase. Mas temos que mostrar alternativas e vamos apresentá-las.

AC - De quanto o ministério dispõe, neste ano, para incentivar projetos na área madeireira?

SF - Uma imensidão de recursos de boa vontade.



Sarney Filho, que recentemente assumiu o Ministério do Meio Ambiente, quer reforçar secretaria para a Amazônia Legal

## Ações buscam a integração entre os ministérios

AC - Como será feita a mudança na estrutura do Ministério do Meio Ambiente?

SF - Vamos criar quatro secretarias: Secretaria de Política de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; Secretaria de Biodiversidade e Floresta - vamos incluir o nome Amazônia para ficar claramente sinalizado de que essa é uma secretaria reforçada da Amazônia Legal.

AC - A atual Secretaria da Amazônia será ampliada?

SF - Ela será transformada em Amazônia, Biodiversidade e Floresta. A Secretaria de Recursos Hídricos com as novas funções de gerenciamento, sem obras de infra-estrutura, e a Secretaria de Meio Ambiente e Produção, que visa estimular as ações pelas empresas brasileiras, formular e implantar a política nacional de desenvolvimento sustentável, estimular a ação empresarial voltada para exploração sustentável dos recursos naturais. Enfim, é uma secretaria nova que visa justamente a fazer essa interface com os outros ministérios, com a área de produção e com outras partes. Conversei com o presidente (Fernando Henrique Cardoso) sobre as ações do ministério, que não podem ser isoladas. A ação ambiental tem que permear as ações do governo. No caso de uma estrada, por exemplo. Não vamos depois que a estrada tiver pronta fazer um relatório de impacto ambiental. Temos que participar

da escolha da estrada.

AC - Mas essa integração não é difícil de ser concretizada?

SF - O presidente se mostrou aberto a essa integração e pediu que a gente apresentasse sugestões de como isso poderia acontecer. É difícil. Eu até abri o ministério para receber sugestões dos leitores, das ONGs (Organizações Não Governamentais) que quiserem opinar para saber como poderíamos fazer isso. De que maneira o ministério poderia fazer isso. Parece simples, mas é complexo. AC - O Ibama está sendo transformado em agência. Os ambientalistas acham perigoso a transferência de alguns serviços para os estados?

SF - O Ibama tem um estudo a respeito disso. Mas conforme eu já falei vamos abrir a discussão sobre o assunto, sem nenhum condicionamento. Vamos partir da estaca zero, evidentemente que todos os dados apresentados serão avaliados. Mas ainda não sabemos qual vai ser o perfil do Ibama que vai sair dessa discussão.

AC - A perda de recursos do Ministério do Meio Ambiente com os cortes no orçamento foi superior a 60%. Qual a medida

que o ministério está tomando para viabilizar parte desses recursos para manter os financiamentos externos?

SF - A questão dos recursos já está viabilizada. Falei com o relator do Orçamento no Congresso, senador Ramez Tebet (PMDB-RS), com o relator-adjunto da área ambiental, deputado José Lourenço (PFL-BA), e ambos se dispuseram sobre todos os aspectos retornarem os itens que são essenciais para que a gente receba os recursos externos. Esta parte está equacionada. A parte dos recursos cortados do ministério não me preocupa, porque se a gente tiver transparência, seriedade e criatividade,

podemos saber aonde está os recursos. Seja lá onde eles tiverem, vamos atrás desses recursos.

AC - O Ministério do Meio Ambiente não vai perder cerca de R\$ 100 milhões externos do PPG-7?

SF - Isso já está equacionado. No Orçamento já conseguimos assegurar a contrapartida, já conseguimos abrir janela - como se chama no jargão orçamentário - para essas doações. Então essa parte com segurança já está resolvida.

AC - A revista "Veja", de 13 de janeiro, traz uma reportagem sobre a grilagem de terra pelo empresário Cecílio do Rego Almeida no Pará. Segundo a revista, Cecílio comprou uma área de 7 milhões de hectares, rica em minério e mogno. O problema é que as terras não pertenciam a quem as vendeu, mas ao governo do estado, ao Inbra e ao Exército. Qual a posição do Ministério do Meio Ambiente sobre o assunto?

SF - A questão da grilagem de terra não diz respeito ao ministério. Mas seja de quem for a terra, eles estão sujeitos às leis ambientais que nós faremos cumprir rigorosamente. A grilagem é questão do Ministério da Justiça e do Inbra, que têm uma ampla experiência nesse setor.

AC - A moratória da virola continua até o ano 2000?

SF - Se depender de mim, sim.

AC - É possível abrir a exploração mineral em área ir...

SF - Nas áreas indiger questão legal (o Congresso aprovar qualquer exploração mineral nessas áreas). Não se pode agir na questão das reservas indígenas de uma maneira genérica. Tem que se ver cada caso específico. Pessoalmente sou contra. Mas dependendo do caso, pode-se fazer um trabalho para que o dano seja o menor possível e o benefício o maior possível. Ou seja, o custo-benefício seja favorável ao Brasil em todos os aspectos.

“As ações do ministério não podem ser isoladas, mas devem permear ações do governo federal”